



60 anos do Concílio Vaticano II: uma análise crítica da eficácia de seus resultados à luz das Normas ISO

60 years of Vatican Council II: a critical analysis of the effectiveness of its results considering ISO standards

Antonio de Lisboa Lustosa Lopes

Michel Musulin Soeltl

Resumo: Transcorridos 60 anos do Concílio Vaticano II, a Igreja se encontra aquém do que poderia ter realizado para suportar a edificação do Reino de Deus. Através de uma abordagem de análise crítica à luz das normas ISO, procuramos apresentar algumas ações resultantes do Concílio, que poderiam ter sido potencializadas se a Igreja tivesse utilizado os princípios do Sistema de Gestão da Qualidade para operacionalizá-las. Este artigo procura fazer uma reflexão e apresentar algumas sugestões de caminho para incrementarmos, com qualidade e eficácia, novas ações oriundas do espírito missionário e evangélico do Vaticano II. Ao considerarmos as Constituições Conciliares como a “Visão de Deus” para a Igreja, fazemos uma correlação destas com as definições e normas da ISO9001:2015 e a ISO10015:2020, que são utilizadas para garantir a qualidade e a eficácia das organizações. Para tanto, utilizamos o exemplo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e como a falta de um direcionamento e apoio estratégico e sistematizado, fez com que a Igreja perdesse a oportunidade de se beneficiar de tão luminosa inspiração. Assim, propomos um caminho entre tantos outros, de utilização do conhecimento técnico do mundo secular, para identificar potenciais melhorias que podem ser alcançadas se iniciarmos o quanto antes, a sistematizar nossas ações para aplicar as constituições em uma Igreja mais humana e ativa no mundo.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II; Análise crítica da eficácia da Igreja; Conhecimento secular ao serviço de Deus.

Abstract: Sixty years after the Second Vatican Council, the Church finds itself falling short of what it could have achieved in supporting the building of the Kingdom of God. Through a critical analysis approach in the light of ISO standards, this paper seeks to present some actions resulting from the Council that could have been further strengthened had the Church employed the principles of a Quality Management System to operationalize them. This article aims to offer a reflection and propose possible paths to enhance, with quality and effectiveness, new initiatives arising from the missionary and evangelical spirit of Vatican II. By considering the Conciliar Constitutions as the “Vision of God” for the Church, we establish a correlation between them and the definitions and standards of ISO 9001:2015 and ISO 10015:2020, which are used to ensure quality and effectiveness

in organizations. To this end, we use the example of the Basic Ecclesial Communities (BECs) and show how the lack of strategic and systematic guidance and support led the Church to miss the opportunity to benefit from such a luminous inspiration. Thus, we propose one possible path - among many others - of using the technical knowledge of the secular world to identify potential improvements that can be achieved, as soon as possible, to systematize our actions to apply the Constitutions within a Church that is more human and more actively engaged in the world.

Key-Words: Vatican Council II; Critical Analysis of church efficiency; Secular knowledge serving God.

INTRODUÇÃO

Quando os produtos¹ de uma empresa passam a não serem mais interessantes para seus clientes, as organizações costumam focar suas energias e recursos para se “reinventarem”, ou seja, ver e ouvir o que está acontecendo “fora de suas paredes”, refletir internamente e propor “mudanças de rota”.

O modelo de gestão proposto pela ISO9001:2015², em sua norma 4.2, deixa claro que para se ter sucesso, é preciso atender aos anseios de seus clientes e para isso é condição *sine qua non* ouvir as partes interessadas. Para servir é preciso ouvir: “... a organização deve determinar: a) as partes interessadas que sejam pertinentes para o sistema de gestão da qualidade; b) os requisitos dessas partes interessadas que sejam pertinentes para o sistema de gestão da qualidade” (ISO 9001, 2015, p.2).

De forma análoga, em um momento em que o povo de Deus (“seus clientes”) não encontrava na Fé (“seu produto ou serviço”) motivos para vivenciar (“consumir”) seus ensinamentos e práticas, o Santo Papa João XXIII, inspirado pelo Espírito Santo, sob o mote *aggiornamento*³, convocava toda a Igreja a olhar para o mundo; analisá-lo nas mais diversas vertentes; identificar os principais acontecimentos que marcaram a primeira metade do século XX e a discernir neles os sinais do Reino de Deus, para que a Igreja pudesse ouvir, refletir e, à sua maneira, se reformular e voltar a ser atraente e pastora de suas ovelhas desgarradas.

Os trabalhos iniciaram um ano antes da realização do Concílio, para que pudessem ouvir *as partes interessadas*, ou seja, a voz dos fiéis do mundo inteiro, que era transmitida pela interface da Igreja através de suas estruturas institucionais. “Antes de estabelecer os temas a serem tratados no Concílio, solicitamos o conselho prudente e sábio dos cardeais, dos bispos

1 Como produtos compreendemos bens tangíveis e materiais como também serviços.

2 As normas ISO são um conjunto de diretrizes e critérios técnicos criados pela Organização Internacional de Normalização (ISO), para garantir a qualidade, segurança e eficiência de produtos, serviços e processos. A família da ISO 9000 e suas derivações, ajudam as organizações a melhorarem a qualidade de seus produtos e serviços consistentemente, atendendo às expectativas dos clientes. Maiores detalhes, ver: www.iso.org

3 Aggiornamento é um termo italiano que significa “atualização”. Esta palavra foi a orientação chave para o Concílio Vaticano II. É a adaptação e a nova apresentação dos princípios católicos ao mundo atual e moderno.

de todo o mundo, da Cúria Romana, dos superiores gerais das ordens e congregações religiosas, das universidades católicas e das faculdades eclesiásticas” (VATICANO II, 2021, p.16)

Assim, podemos dizer que o planejamento do Concílio Vaticano II, se iniciou aderente ao que se recomenda pela ISO a toda a organização, que almeja melhorar a aderência de seus clientes a seus produtos e serviços, ou seja, ouviram uma das partes interessadas na organização – neste caso – os cristãos e cristãs, leigos, religiosos ou ordenados do mundo inteiro.

1 INICIANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: A VOZ DOS “ACIONISTAS”

Após conhecer os requisitos e expectativas dos clientes, faz-se necessário ouvir os interesses dos principais acionistas, para que as ações a serem planejadas estejam alinhadas também aos princípios basilares da organização, de seus fundadores, responsáveis majoritários e de sua estratégia.

De fato, podemos pensar que o *acionista majoritário* da Igreja seja Deus, que se revelou por seu Filho Jesus Cristo e que deixou bem claro seu desejo (estratégia) a todos nós: Chamando seus Doze discípulos, Jesus deu a eles autoridade sobre espíritos impuros para expulsá-los, e para curar toda doença e toda enfermidade. (Mt 10, 1) e para que “... *durante a viagem, anunciem que o Reino dos Céus está próximo.*”⁴ (Mt 10, 7)

Assim, pela combinação das informações coletadas durante o período pré-conciliar (1961), ouvindo o Povo de Deus, pela discussão e reflexão interna inspiradas pela Sagrada Escritura, Magistério, Tradição e conduzidos pelo Espírito em 4 períodos conciliares, a Igreja (organização) passou a consolidar seus resultados, totalizando 16 documentos, preparando então sua “política da qualidade” para operacionalizar o Reino de Deus.

1.1. A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DA QUALIDADE

Após consolidar o interesse de todas as partes interessadas (externas e internas), o próximo passo é elaborar a política da qualidade, ou seja, a visão estratégica para atender os clientes. A política da qualidade provê um direcionamento claro, que embasa a criação de planos de ação eficazes, para que os produtos e serviços entregues aumentem o nível de satisfação dos clientes.

Neste sentido, podemos dizer que as 4 Constituições Conciliares formam a “Política da Qualidade” da Igreja pós-conciliar. A realização do Concílio era uma resposta prática da Igreja ao desejo de Deus (seu acionista majoritário), para que ela voltasse a exercer seu magistério e ser o caminho pelo qual o Povo de Deus retornaria às verdades de Cristo, tornando-a instrumento para colaborar com um mundo mais fraterno e humano aos pobres (principal “cliente” da Igreja).

4 O Reino dos Céus e de Deus tão explicado e defendido por Jesus é um estado de fraternidade universal, onde todas as pessoas tratar-se-ão como irmãos e irmãs, cuidando da casa comum, louvando, reverenciando e servindo a Deus nosso Senhor.

Na década de 1960, além das dificuldades sociais geradas pós 2º Guerra Mundial, o mundo passava por um desenvolvimento técnico acelerado, que tornou o homem mais confiante e mais *donos de si*, criando e gerando novas tecnologias, processos, produtos, serviços e novas maneiras de dominar e transformar a natureza.

Este cenário gerou mudanças significativas nos contextos políticos, econômicos, religiosos e sociais. A produção, o lucro e o desempenho passaram a nortear as relações humanas, ampliando as desigualdades e o distanciamento das classes, piorando a vida de muitos povos e países, agravando as indiferenças e deteriorando as relações sociais.

A Igreja já não ditava as regras e não influenciava a sociedade como outrora, então, a fé e o caminhar de acordo com os exemplos cristãos já deixavam de ser interessantes. Havia a necessidade de uma reformulação no agir em sociedade e neste contexto, de fato, o Concílio conseguiu produzir, entre outras tantas coisas, 4 constituições conciliares que podem ser agrupadas como as visões estratégicas (Política de Qualidade) de Deus: *Sacrosanctum Concilium*, *Lumen Gentium*, *Dei Verbum* e *Gaudium et Spes*.

Apesar de, na sequência das atividades, como veremos, termos campo para sugestões e melhorias, é de se valorizar a forma como foi organizado o Concílio em sua época. Se observarmos bem, desde as primeiras sessões às últimas, inspirados pelo Espírito de Deus, a condução dos debates, as instruções com os teólogos, a interação e argumentações entre os participantes, foram desempenhadas com esforços admiráveis e grandiosos.

1.2. A CONCEPÇÃO SINODAL DO CONCÍLIO VATICANO II (PLANOS DE AÇÃO)

O mundo atual, 60 anos após a realização do Vaticano II, possui contextos sociais, políticos, econômicos e religiosos que provocam reflexões semelhantes às vivenciados na década de 1960 na Europa, com um agravante: estamos muito mais envolvidos e vislumbrados com os avanços científicos e tecnológicos, o mercado neoliberal dominou praticamente todas as economias do mundo, a sociedade do desempenho, individualismo e consumismo desenfreado se consolidou e as desigualdades sociais e a pobreza aumentam a cada dia.

A história dá sinais de regressão. Reacendem-se conflitos anacrônicos que se consideravam superados, ressurgem nacionalismos fechados, exacerbados, ressentidos e agressivos. Em vários países, certa noção de unidade do povo e da nação, penetrada por diferentes teologias, cria novas formas de egoísmo e de perda do sentido social (FRANCISCO, 2020, §11).

Em um ambiente mais “competitivo”, faz-se necessário criar e executar planos de ação de maneira eficaz, analisando seus riscos e oportunidades (conforme cláusula 6 da ISO9001:2015), para que as organizações possam sobreviver. Assim, o desdobramento da visão estratégica em planos de ação com indicadores e metas claras (Objetivos da qualidade), são fundamentais para o sucesso organizacional.

Vemos com grande alegria ocorrer entre 2021 e 2024 a XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, cuja metodologia seguiu semelhante receita, iniciando o processo sinodal escutado as dioceses em cada nação e continente, cujos resultados foram consolidados para as reuniões das comissões. Porém, apesar da sinodalidade, da escuta dos anseios e expectativas de seu Povo, da volta às fontes para ouvir novamente as Palavras de Deus e refletir sobre seu posicionamento no mundo, é senso comum que a eficácia, em termos práticos (planos de ação), das visões estratégicas do Vaticano II, materializadas nas suas quatro constituições dogmáticas, ficou muito aquém de seu potencial.

A Visão Estratégica⁵ de Deus, transcrita pela Igreja Universal, não foi desdobrada da maneira adequada nas Igrejas Locais e assim, carecemos de ações práticas de resgate das fontes e da pureza e fundamento do Evangelho de Jesus Cristo, que viveu e morreu por nós defendendo o idealismo do Reino de Deus.

2 ANÁLISE CRÍTICA DA EFICÁCIA DAS AÇÕES PÓS-VATICANO II

Assim como na natureza há necessidade de que tenhamos um solo fértil e firme para que as sementes deem flores e frutos e que seja resilientes às intempéries como vento, chuva e excesso de sol, em qualquer ação organizacional, onde se mexem em estados de estagnação e conformismo, nomeados de forma erudita como conservadorismo, há ações contrárias dentro da própria Igreja que impediram um maior avanço nos desdobramentos conciliares.

Ciente dos antagonismos que foram presentes durante os 3 anos do Concílio e das marés reversas que estariam por vir, o papa Paulo VI, na homilia de encerramento, procurou em sua saudação inicial fazer um último apelo para que aqueles que não acolheram em sua totalidade os resultados deste encontro, pudessem deixar tocar-se e abrir seus corações para a fala de Cristo e do influxo do Espírito Santo:

Nossa saudação visa ... despertar uma relação espiritual ... de amizade, ... que desejaria penetrar no coração de cada um... e dizer-vos, no silêncio interior de vosso espírito, a palavra habitual e inefável do Senhor: “Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz, não, porém como a dá o mundo” (Jo. 14, 27) (VATICANO II, 2021, p. 127)

Não queremos nesse artigo entrar em discussões ou polemizar sobre a falta do entendimento da real Palavra de Deus ou das reações humanas mesquinhas que renegam tudo o que podem ameaçar suas zonas de conforto e poder. Porém é fato que, *a falta de apoio da liderança institucional da igreja* foi um importante obstáculo para a concretização de projetos

5 Visão Estratégica no mundo empresarial define o horizonte para onde as empresas desejam seguir e chegar. Com este direcionamento os planos diretivos dos departamentos são criados de modo a suportar a visão dos acionistas. Fazendo uma analogia, as constituições conciliares seriam a Visão Estratégica de Deus, inspirada pelo Espírito Santo e transcrita pelos membros da Igreja. São o Norte e direção para onde todos os católicos deveriam seguir, e então, as Igrejas Locais criariam seus planos para operacionalizar esta visão e direção.

e ações mais amplas e aderentes à preocupação com o principal “cliente” de nossa organização: o pobre.

2.1 A NECESSIDADE DE METAS (OBJETIVOS DA QUALIDADE) E PLANOS DE AÇÃO CLAROS

Toda corporação, da menor a maior, necessita definir claramente quais são seus objetivos (metas) para então, elaborar planos de ação claros com indicadores mensuráveis, para que se acompanhe de forma racional e objetiva os progressos.

Da ISO trazemos a orientação de que cabe à alta direção “analisar criticamente o sistema de gestão da qualidade da organização, a intervalos planejados, para assegurar sua contínua adequação, suficiência, eficácia e alinhamento com o direcionamento estratégico da organização.” (ISO 9001, 2015, p.20)

O próprio Papa João Paulo II, 25 anos após o Concílio, reflete sobre a falta de resultados, redução da energia aplicada nas diversas ações e convida a todos para renovarem sua fé e colaborarem com as ações missionárias da Igreja:

O Concílio Vaticano II pretendeu renovar a vida e a atividade da Igreja, de acordo com as necessidades do mundo contemporâneo: assim sublinhou o seu caráter missionário, fundamentando-o dinamicamente na própria missão trinitária... No entanto..., a missão específica ad gentes parece estar numa fase de afrouxamento, contra todas as indicações do Concílio e do Magistério posterior. Dificuldades internas e externas enfraqueceram o dinamismo missionário da Igreja ao serviço.... (JOÃO PAULO II, 1990, §2).

Passados 60 anos do Vaticano II, indagamos aqui: quais seriam os objetivos da qualidade (metas) e consequentemente os projetos e planos de ação que cardeais, arcebispos, bispos, presbíteros, diáconos, leigos e leigas, deveriam trabalhar para operacionalizar a visão estratégica (documentos conciliares) e satisfazer seus clientes?

Ao analisarmos, por exemplo, o Texto da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, que foi um desdobramento do Concílio em busca de metas e planos de ação para operacionalizar na realidade latino-americana a “Visão de Deus”, percebemos que as reflexões e direcionamentos careciam de objetivos claros e tangíveis, que pudessem se materializar em resultados:

Para que os habitantes dos centros urbanos e de suas periferias, cristãos ou não cristãos, possam encontrar em Cristo a plenitude de vida, sentimos a urgência de que os agentes de pastoral, enquanto discípulos e missionários se esforcem para desenvolver: a) um estilo pastoral adequado à realidade urbana com atenção especial à lingua-

gem, às estruturas e práticas pastorais, assim como aos horários... (CNBB, 2008, p.230).

Indagamos: Qual estilo? Qual ação para se adequar às novas realidades?

2.2 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (UM EXEMPLO DE PLANO DE AÇÃO)

As comunidades eclesiais de base (CEBs) podem ser ilustradas como um exemplo de plano de ação para operacionalizar as diretrizes estratégicas missionárias da *Lumen Gentium*, *Gaudium et Spes* e do Decreto *Ad Gentes*.

No Brasil tivemos a criação de inúmeras CEBs no episcopado de Dom Luciano Mendes de Almeida, onde através delas ele "... estendeu os laços familiares até os mais pobres dentre os pobres. Esta grande família formada por ele, e que se estendia por meio das inúmeras Comunidades Eclesiais fundadas sob seu episcopado" (OTTAVIANI, 2010, p.148).

As CEBs pelo seu ideal propositivo, tiveram menção positiva do Papa João Paulo II a serem implementadas: "*Um fenômeno, com crescimento rápido nas Igrejas, promovidas pelos bispos ou conferências episcopais, são as comunidades eclesiais de base, que estão a dar boas provas como centros de formação cristã e irradiação missionárias*" (JOÃO PAULO II, 1990, §51).

Porém, como não houve alinhamento deste plano de ação com objetivos organizacionais, faltou direcionamento e apoio institucional e sua implementação ficou à mercê da boa vontade das pessoas e elas acabaram, por falta de clareza e gestão, sofrendo ações contrárias dentro da própria igreja.

2.3 AUSÊNCIA DE MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO

Se não há objetivos claros a serem alcançadas, a organização não tem como determinar "o que será feito, quais recursos serão requeridos, quem será o responsável, quando será concluído e como os resultados serão avaliados" (ISO 9001, 2015, p.6) e assim, não há o que se acompanhar de maneira sistemática. Sem monitoramento as iniciativas tendem a se extinguirem.

As acusações outrora feitas às CEBs poderiam facilmente serem contrapostas se houvesse dentro da Igreja (organização), um planejamento para realizar monitoramento periódicos dos progressos e resultados de cada uma das dioceses na constituição de suas CEBs. Esta é uma melhor prática que a norma do SGQ nos orienta:

A organização deve planejar, estabelecer, implementar e manter um programa de auditoria, incluindo a frequência, métodos, responsabilidades, requisitos para planejar e para relatar, o que deve levar em consideração a importância dos processos concernentes, mudanças

que afetam a organização e os resultados de auditorias anteriores (ISO 9001, 2015, p.20).

Caso houvesse desvios de conduta ou resultados das CEBs, elas estariam sendo monitoradas e acompanhadas e seriam facilmente corrigidas, sendo que estas lições aprendidas poderiam ser compartilhadas com as Igrejas locais do mundo inteiro, colaborando ainda mais com o aprimoramento do plano de ação.

2.3 AUSÊNCIA DE UM PLANO CLARO DE FORMAÇÃO DOS MEMBROS DAS CEBs

O testemunho foi e é fator determinante na promoção dos valores do Reino e da perpetuidade do exemplo de Cristo até os dias de hoje. Esta é uma premissa fundamental para o sucesso da implementação dos planos de ação, pois conforme nos recorda a ISO 10015: “Pessoas são essenciais para organizações. O desempenho organizacional depende de como competências de pessoas são usadas no trabalho” (ISO 10015, 2020, p.20).

Assim, o nivelamento de conhecimento e informação dos catequistas para que os resultados dos projetos institucionais fossem alcançados é primordial. De fato, esta preocupação já havia sido refletida e alertada no decreto *Ad Gentes*: “Deve-se, pois, procurar harmonizar a formação dos catequistas com o progresso cultura, para que se tornem valiosos cooperadores da ordem sacerdotal e sejam capazes de enfrentar por si mesmos as novas e grandes exigências da função” (VATICANO II, 2021, p. 418).

No entanto, apesar da boa vontade, a formação teológica e pedagógica dos catequistas não costuma ser a desejável e para catequizar é importante não apenas saber, mas saber ensinar as verdades da fé, e isso requer capacitação e qualificação em competências específicas: o ato catequético necessita de metodologia dinâmica e eficaz, que ajude seus protagonistas a assimilarem, compreenderem e fazerem uma experiência da mensagem cristã (LEDO, 2024, p.50).

Nas atividades de planejamento para desdobrar a visão estratégica das 4 constituições dogmáticas do Vaticano II em objetivos e destes em ações, devemos mapear quais os recursos humanos serão necessários – e suas competências – para a eficácia dos resultados.

Além dos bispos, presbíteros e diáconos, temos como grandes responsáveis na perpetuidade do verdadeiro discipulado e testemunha a figura do catequista, cujo processo formativo está desalinhado com as necessidades previstas pelas constituições dogmáticas (política da qualidade) e aquém das necessidades da realidade atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando há uma visão estratégica louvável, que inspira e comove os corações, mas não se tem um plano estabelecido com objetivos claros, fica-se à mercê da boa vontade das pessoas a implementação das ações para o fim almejado.

Temos um legado enorme a ser explorado a partir do Vaticano II, mas conforme pudemos refletir, a ausência de um direcionamento institucional claro (objetivos da qualidade), fez com que perdêssemos eficácia nas ações propostas para colaborar com a construção do Reino dos Céus.

Vimos, através do exemplo das CEBs, o potencial que poderia ter sido explorado pela Igreja se tivéssemos utilizado dos princípios técnico-científicos da ISO para se beneficiar e operacionalizar com primazia a vontade do Espírito, mantendo sua coesão e fé e agir no mundo. O fato é que a sua implementação não foi realizada de forma estruturada e institucionalizada e conseqüentemente sua adesão inicial, motivada pela inspiração evangélica, foi perdendo forças além de foco e direcionamento.

Uma visão sem objetivos é como o desejo de se realizar uma viagem sem saber para onde se vai, como se vai e sem analisar quais recursos e preparos devemos possuir para ir.

Há muitas dioceses que ainda se encontram na década de 1980, com seus presbíteros e colaboradores parados no tempo, sem um frescor do Espírito, porque simplesmente não aceitam que o tempo não para.

Seguindo os princípios do SGQ, para o sucesso das organizações, é preciso termos visão, objetivos e planos de ação. Sem um destes pilares, principalmente o referentes aos objetivos da qualidade, não temos como assegurar o comprometimento da liderança da organização e assim, os planos de ação tornam-se ineficazes.

REFERÊNCIAS

ABNT. ISO 9001: *Sistemas de gestão da qualidade. Requisitos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ABNT. ISO 10015: *Gestão da qualidade – Diretrizes para gestão da competência e desenvolvimento de pessoas*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

CNBB. *Documento de Aparecida*. Tradução: Luiz Alexandre Solano. São Paulo: Paulus, 2008.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. São Paulo: Loyola, 2020.

LEDO, Jordelio Siles. *A via da beleza na formação humano-cristã com catequista*. Petrópolis: Vozes, 2024.

LOPES, Antonio de Lisboa Lustosa. *Comunidades eclesiais de base: entre a utopia e a realidade*. São Paulo: Santuário 2021.

LUMEN GENTIIUM.

OTTAVIANI, Edelcio; SOELTL, Michel Musulin. *A ação do Espírito de Deus no cuidado da Casa Comum: A Espiritualidade Inaciana como caminho para uma ação guiada pelo Espírito*. Artigo enviado a Revista PqTeo, a ser publicado. 2025

OTTAVIANI, Edelcio. Comunidades Eclesiais: uma família maior. Homenagem a Dom Luciano Mendes de Almeida. *Revista Cultura Teológica*. V.18. N.69. Jan/Mar 2010.

JOÃO PAULO II, Papa. *Redemptoris Missio. Sobre a Validade Permanente do Mandato Missionário*. São Paulo: Loyola, 1990.

CONCILIO VATICANO II. *Mensagens, Discursos, Documentos*. Tradução Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 2021.

Links:

https://www.synod.va/content/dam/synod/assembly/synthesis/portuguese/2023.10.28-POR-Synthesis-Report_IMP.pdf

Texto submetido em 30/07/2025 e aprovado em 30/11/2025

Antonio de Lisboa Lustosa Lopes: Doutor em Ciências da Religião (Universidade Metodista de São Paulo, 2010). Mestre em Teologia Prática (PUC-SP, 2005). Docente de Teologia Prática na Graduação e no Programa de Estudos Pós-graduados de Teologia da PUC-SP, professor-pesquisador no Grupo de Pesquisa José Comblin. **E-mail:** alopes@pucsp.br; **Orcid:** orcid.org/0000-0002-9099-4437

Endereço Postal: Largo São João Clímaco, 04. Bairro São João Clímaco. 04255.010 São Paulo.

Michel Musulin Soeltl: Mestre em Teologia (PUC-SP, 2025) e Engenharia Automotiva (USP, 2006). Pesquisador no Grupo de Pesquisa José Comblin da PUC-SP. Bacharel em Engenharia de Produção Mecânica (Escola de Engenharia Mauá, 2000) e Teologia (Universidade Claretiano, 2022). **E-mail:** michel.soeltl@gmail.com; **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0000-2129-3285>

Endereço Postal: Rua Goitacazes, 374. Apto 122B. Centro. 09510-300. São Caetano do Sul

Editor: Geraldo Luiz De Mori

Avaliador: Matheus da Silva Bernardes